



IAC: há 40 anos a promover os direitos das crianças

Em 1983 nascia o Instituto de Apoio à Criança (IAC). Há 40 anos que, assim, os direitos das crianças estão nos olhos, ouvidos e bocas dos portugueses, graças a esta organização. Com a missão de promover os direitos da criança e o seu desenvolvimento integral, o IAC tem estado presente nas múltiplas dimensões da vida das crianças entre os zero e os 18 anos. Desde a pobreza, exclusão social, situações de sem abrigo, abusos, o IAC tem pautado a sua história pela sensibilização da sociedade para estas problemáticas.

Porém, tem, sobretudo, tentado gerar mudanças de comportamentos, não só entre decisores políticos, interventores sociais, mas também entre pais, famílias, crianças - entre todos nós.

Estivemos à conversa com Paula Paço, Coordenadora da Área da Cooperação Nacional e Internacional, que nos contou mais sobre a história do IAC, passado, presente e futuro.

Por Inês Duarte

O IAC foi fundado em 1983 com o objetivo fundamental do desenvolvimento integral da criança e da defesa dos seus direitos. Quais são as vossas principais áreas de intervenção?

O IAC foi fundado há quase 40 anos com a missão de contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, na defesa e promoção dos seus direitos.

Tem, desde então, desenvolvido inúmeros projetos que promovem os Direitos da Criança procurando ser a voz que chama a atenção e pressiona, realizando ações que ajudem a que mais Crianças vivam com alegria o tempo de ser Crianças. O IAC foi fundado numa altura em que ainda não se falava de Direitos da Criança. A criança era um sujeito menor, por assim dizer, e existiam determinados temas que, na nossa sociedade eram ainda considerados tabu, por isso a sua prioridade eram as crianças abandonadas, vítimas de maus-tratos e abusos sexuais.

Foi o IAC que, em, 1984, num seminário deu visibilidade a estas questões. Pela primeira vez, falou-se de uma forma pluridisciplinar e pública sobre a questão dos abusos e maus-tratos e do reforço da importância de termos a obrigação, o dever de fazer algo para proteger as crianças.

Todas as crianças são o nosso grupo-alvo com particular incidência sobre aquelas que sofrem maus-tratos, que vivem em situação de pobreza, que vivem em condições de maior vulnerabilidade, vidas nas quais procuramos fazer a diferença e intervir, procurando minorar os seus problemas e devolvendo-lhes a dignidade de se poderem desenvolver enquanto crianças da melhor forma possível.

Ao longo dos anos, o IAC foi criando serviços, apostando em muitas áreas, que não eram, então, cobertas pelo Estado. Falamos do SOS-Criança, uma linha de apoio telefónico, anónima e confidencial que garante à criança, o direito à palavra e proteção. Atualmente com

os nºs europeus 116000 e 116111, presta apoio psicológico. Foram igualmente criados os Setores da Atividade Lúdica e Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança. Em 1989 surge o Projecto Rua, um projeto inovador, implementado na cidade de Lisboa com o objetivo de intervir junto das crianças que na altura viviam na rua, na Baixa de Lisboa. Um Serviço que ainda atua nas ruas de Lisboa, mas que promove igualmente uma intervenção comunitária no Bairro do Condado em Marvila e uma intervenção de carácter educativo através da dinamização de uma Escola de 2ª Oportunidade para jovens entre os 15 e os 18 anos em situação de abandono escolar ou absentismo grave e que tenham sido esgotadas todas as respostas de integração na área da educação e formação.

Paralelamente a estes serviços, contamos com o Serviço de Apoio jurídico que responde a todo o tipo de questões, de apelos que lhes sejam lançados e que tenham a ver com os direitos das crianças.

Em certos casos as colegas procuram humanizar o direito, para que crianças e adultos entendam a lei.

Mas também providenciam acompanhamento a algumas situações problema, por exemplo em casos de regulação do exercício das competências parentais.

Editamos igualmente um Guia dos Direitos da Criança - uma compilação que diz respeito a todos os direitos da criança numa tentativa de humanização daquilo que é a legislação dedicada à infância. É particularmente interessante porque contem igualmente testemunhos e exemplos de histórias de vida que ajudam a compreender a aplicação do direito nas diferentes circunstâncias.

Um dos últimos Serviços criados trata-se do Consultório Social, um recurso para o atendimento psicológico, social e jurídico de situações diagnosticadas, com especial incidência de crianças e jovens em situação de risco. É um trabalho articulado entre diferentes serviços do IAC para situações na cidade de Lisboa.

Lamentavelmente não temos mãos a medir para tantos apelos.

Temos igualmente uma equipa sediada em Coimbra - Pólo de Coimbra, que desenvolve a sua ação em diferentes segmentos, nomeadamente através da área da Mediação Escolar e dinamização da Rede Construir Juntos.

Todos os Serviços são complementados pela intervenção de três áreas transversais: a área do conhecimento e formação, do marketing e comunicação, e da cooperação nacional e internacional.

Todos os Serviços do IAC atuam tendo em conta a Missão do IAC - promover e defender os Direitos da Criança, ocupando-se cada um deles com a sua área de atuação específica.

O papel da Atividade Lúdica é o de promover o Direito a Brincar.

Durante muitos anos assistimos a um desvalorizar do brincar, a pressa que as crianças adquirissem competências em termos de estudos, aprender a falar inglês, mandarim, informática e esquecemo-nos de algo tão básico e importante para o desenvolvimento da criança que é o simples ato de brincar e até fazê-lo de uma forma natural. O âmbito da intervenção desta equipa é continuar a promover o direito a brincar, elevando a bandeira do artigo 31. Fazem também um trabalho de capacitação junto dos interventores sociais e outros, pais também, para a promoção deste Direito. No caso da equipa de humanização dos serviços de atendimento à criança, é no sentido de criar mecanismos para potenciar os espaços de uma dinâmica que seja amiga da criança, em termos do conforto, do layout, onde a criança se sinta bem, em segurança, tranquila. Estamos a falar de espaços como salas



de tribunais, hospitais, centros de saúde. Normalmente aqueles espaços onde as crianças quando vão já vão em tensão. Quando referimos a importância de humanizar é no sentido de tornar o espaço mais acolhedor, que dê as boas-vindas a cada criança.

Trabalham diretamente com esses serviços para os ajudar a adequar?

É essa a nossa função. Ajudar a humanizar o espaço. Pode ser através de pinturas, da disposição do mobiliário. No fundo, tornar um espaço mais convidativo, mais acolhedor e inclusivo para a criança.

ou adequar os Serviços quando é necessário, alertar em termos de órgãos decisores para uma melhoria contínua em diferentes áreas em matéria de infância e juventude. Temos em determinadas circunstâncias conseguido a adequação da lei no âmbito dos processos que dizem respeito à criança.

O mais importante são as pessoas com quem trabalhamos, mas a apresentação de resultados é também fundamental, na medida em que demonstra o nosso esforço e o nosso empenho. O IAC também investe na capacitação, não apenas do seu grupo-alvo direto, mas também dos profissionais procurando promover a mudança de comportamentos.

E essa mudança, na maior parte, acontece apenas a longo prazo. Em determinados contextos, só conseguimos ver o resultado ou o impacto do que foi o nosso trabalho possivelmente muitos anos depois. Por vezes, sentimos que esgotamos as forças e tudo parece permanecer igual. Por vezes sentimos que não vemos alterações, que o investimento em termos de treino de competências pessoais e sociais que foi feito em determinada criança, em determinado grupo, eventualmente não dará frutos. Mas a criança vai crescendo, vai-se tornando um adulto. Temos uma

idade limite para a intervenção, no entanto, não é por o jovem ter feito 18 anos que dizemos “olha, atingiste a maioridade, somos o IAC, já não podemos”. É claro que continuamos a dar o apoio, nalguns até paramos mais cedo, porque também tem a ver com a própria evolução e a autonomia que a criança e o jovem vão desenvolvendo, e com as suas famílias acontece de igual modo.

Que balanço fazem destas quatro décadas?

Temos conseguido colocar determinadas questões no centro da discussão. Debates que têm a ver com a defesa e promoção dos direitos da criança.

O IAC tem tido notoriedade exatamente por não desistir e por continuar a batalhar constantemente na promoção de melhores condições de vida para as crianças e famílias com quem trabalha, e isso implica igualmente sensibilizar a sociedade civil, ter a capacidade para inovar

É muito reconfortante quando alguma criança ou jovem, agora adulto, nos “bate à porta” e vem visitar a equipa ou até mesmo colaborar connosco. Sentir o carinho destes jovens, que agora são adultos, dizer “quis vir aqui, agora estou nesta esquadra, lembro-me do projeto rua, passei aqui tantas tardes e quis vir cumprimentar-vos”. Isto é tão rico, são pequeninos exemplos. O IAC tem deixado a sua pegada, sem dúvida, e queríamos que ela continuasse. Queremos continuar a ser uma referência.



A nossa missão é colocar a criança no centro das atenções, nos debates, na agenda social e política.

Quase parece clichê, mas tudo aquilo que fizemos com a criança veremos os frutos no futuro.

Seja para o bem, ou para o mal.

Nem mais uma palmada: como surgiu esta iniciativa?

O IAC tem desde sempre batalhado pelo fim dos castigos corporais.

A Campanha “Nem mais uma palmada” surgiu com o desafio que a mentora do Movimento da Sociedade Civil “Nem mais palmada” – Leonor Bragança lançou ao IAC.

Claro que nos aliámos. Claro que teve logo uma receção muito calorosa, porque isto eram questões sobre as quais fomos sempre debatendo e trabalhando. Na nossa intervenção, seja através de uma relação mais personalizada ou em termos de intervenção comunitária consideramos a importância da avaliação e promoção das competências parentais.

É crucial a capacitação dos pais para o exercício de uma parentalidade mais consciente e isso fazemo-lo no dia a dia, nos bairros, nas famílias com quem trabalhamos, nas ações de sensibilização ou de formação que promovemos.

A Dra Dulce Rocha [Presidente do IAC] já vinha falando de podermos introduzir algumas alterações à lei para ver se conseguíamos chamar à atenção para a importância de modificarmos os nossos próprios hábitos, enquanto pais, enquanto educadores. A campanha foi pensada em conjunto e aproveitámos o Dia Europeu para a Vítima de Crime para chamar à atenção e iniciar este trabalho.

No dia 14 de dezembro vai decorrer o segundo encontro. No dia 1 de junho houve um primeiro encontro para dar mais visibilidade a esta campanha e agora, para além de haver um painel em que peritos vão falar sobre estas questões, vamos apresentar os resultados de um estudo que foi feito ao longo deste ano sobre as perceções que os adultos têm face aos castigos corporais e sobre o uso da violência na educação.

Temos tido muitas pessoas, reconhecidas publicamente, a dar apoio. As pessoas não estão todas ao mesmo nível. O IAC tem passado a mensagem que é primordial que se acabem com os castigos corporais. Mas isso não significa que o IAC vá criminalizar quem quer que seja.

No fundo, esta campanha quer promover uma maior consciencialização para os efeitos da violência numa criança seja ela de que idade for. Procurar promover a mudança de comportamentos, de investir numa parentalidade mais



consciente, mais positiva. Quando os pais têm atitudes mais violentas para com os filhos é igualmente sintoma de que os próprios pais precisam de ajuda.

No fundo, a campanha dá alternativas ao comportamento que está enraizado.

Procuramos que assim seja. Pretendemos que haja uma reflexão sobre estas questões e que potencie uma mudança de comportamentos.

O fim último é também a mudança na legislação. Mas conseguirmos a mudança de comportamentos é fantástico. Porque se conseguíssemos isso se calhar nem tínhamos de nos preocupar tanto com a legislação. A legislação já o refere. Os pais ou educadores quando aplicam uma palmada nem sempre se dão conta da violência do ato em si. Não só pela dor física, mas igualmente pela humilhação e outros danos emocionais que esse ato provoca.

Quais são as maiores dificuldades no trabalho pela promoção e defesa dos direitos das crianças?

Se começarmos por referir a ausência de financiamento ou orçamento adequado ou capaz para fazer face às ações que desenvolvemos essa pode ser uma das dificuldades.

Naturalmente, não se pode reduzir tudo a questões financeiras. Mas havendo financiamento para o desenvolvimento das atividades isso facilita o chegarmos mais longe. Temos de continuar a investir muito na educação e capacitação da sociedade civil. É muito importante que a sociedade civil como um todo possa perceber o papel que tem na denúncia em situações que é importante e imperativo denunciar. Não estou a dizer que as pessoas se têm de sobrepor àquilo que é o papel do Estado, não é nada disso, o Estado tem um papel, e é importante, e era importante que o Estado também olhasse para nós, não apenas para o IAC, mas para nós organizações do setor social como parceiros estratégicos que são importantíssimos para se poder avançar, criar melhores condições para todos a vários níveis, na área da justiça, da saúde, educação. Na maior parte das vezes, nós que estamos no terreno somos

os olhos deles. O que às vezes sentimos é uma ausência de interesse em saber o que se passa efetivamente. Na maior parte das circunstâncias o IAC, como outras entidades, são a voz dos mais vulneráveis. Aqueles que não se conseguem fazer ouvir por diversos motivos. O IAC, pelo seu historial, pela sua intervenção, também tendo em conta aquilo a que se propôs, a sua missão, tem feito tudo para elevar a voz destes que normalmente não são ouvidos. Mas nem todas as entidades têm a capacidade que nós temos de chegar mais longe. E estão no terreno e têm tanto para dizer e colaborar. Também por isso acreditamos tanto no potencial do trabalho em rede, em parceria. A cooperação interinstitucional é fundamental.

O IAC, através do Projecto Rua tem promovido a transferibilidade de metodologias e incentivado ao desenvolvimento de uma intervenção em modelo integrado nas comunidades onde vem trabalhando.

Os problemas existentes são multifacetados. Quanto mais apoio articulado, melhor o diagnóstico, mais eficaz e célere a intervenção.

Há pouco falávamos da participação. Como é que o IAC promove a participação das crianças em situação de pobreza e exclusão social?

Esta questão do direito à participação, do direito a ser ouvida, o direito a que a criança seja informada para poder dar a sua opinião em conformidade, é algo que trabalhamos desde sempre. Mas para cumprir esse Direito torna-se

necessário o seu envolvimento nas decisões que toma, pois só assim poderá falar-se em participação.

Mesmo no trabalho com as crianças de rua, aquilo que era o sentir, aquilo que a criança dizia era muito valorizado. As crianças para poderem dar a sua opinião, para poderem falar, têm de estar informadas e é igualmente que se sintam escutadas e respeitadas no que é a sua opinião.

Embora a Participação das crianças fosse desde sempre trabalhada e respeitada, foi em 2010 por ocasião de um projeto aprovado e desenvolvido no âmbito do ano europeu de luta contra a pobreza e exclusão social, que o Direito de Participação adquiriu expressão.

O projeto “De viva voz pela inclusão” juntou inúmeras crianças e jovens de norte a sul do país para debater sobre as suas perceções face à pobreza e exclusão social. A brochura lançada recentemente pelo IAC e a EAPN Portugal – “A minha voz importa” surge com base nas ações deste projeto e também de outros exemplos de participação que promovemos.

Durante um ano, estes grupos de crianças e jovens refletiram, debateram, construíram, sobre estas questões da pobreza e exclusão social. Desse projeto resultou uma brochura que reúne um conjunto de recomendações que as crianças e os jovens apresentaram face a esta questão. Foi levado à AR, porque para nós não é só importante promover a participação, mas que entendam que essa participação tem uma intenção. É para ficar num papel bonito? Ou as suas opiniões realmente contam? É im-

portante que os miúdos percebam que aquilo que eles fazem pode também ter influência.

Quando o projeto terminou, os colegas avaliaram que este grupo tinha muito potencial.

Organizaram-se e constituiu-se em Rede Juvenil. A partir daí nunca mais parou. Desde 2010 até hoje, naturalmente, não falamos das mesmas crianças, porque vão crescendo e vão continuando o seu percurso educativo e profissional – e a nossa ideia era haver esta rotatividade exatamente para os mais novos desenvolverem competências com os mais velhos, desenvolver este bichinho da importância de ter um papel ativo. Potenciamos um papel ativo no desenvolvimento do seu projeto de vida, mas também enquanto exercício de cidadania. Ao longo destes anos têm desenvolvido





vários projetos cujos temas são escolhidos por eles, às vezes ajudamos, damos sugestões quando vemos maior indecisão, porque há temas que achamos muito importantes que eles reflitam e debatam entre si. Depois, se conseguimos financiamento, procuramos que resulte desse trabalho, produtos que possam depois mostrar, dar evidências da importância da participação.

Não só para apresentar aos decisores políticos, mas essencialmente para os outros jovens.

A importância de tu poderes exercer a tua cidadania.

Procuramos que através dos projetos que vão desenvolvendo se promova a educação entre pares, porque temos a consciência que eles aprendem muito melhor com os seus pares do que quando estamos a debitar matéria.

Têm feito projetos sobre os direitos humanos entre outros temas de seu interesse. Atualmente (com o apoio da CML) estamos a finalizar um projeto sobre o Ambiente digital e a utilização segura da internet.

Estamos em fase final a preparar os filmes de animação que serão depois potenciados pelos jovens através de ações de sensibilização junto dos seus pares.

Já num passado próximo desenvolveram uma Mochila pedagógica a que designaram “Mala VIP – vivacidade, inovação e participação – uma ferramenta para a inclusão”. Nesta mochila constam dois jogos. Um é um jogo da glória, mas adaptado para os direitos humanos. O segundo, “Há direitos em jogo” é composto por seis curtas-metragens, onde os próprios jovens interpretaram, e escreveram o guião e qual é a ideia? Relatam seis situações, que já viveram no seu dia a dia, ou sobre as quais têm conhecimento e a ideia é que se promova o debate sobre o que se passou ali, o que acham que não está correto, que alternativas encontrariam para contornar a situação. É muito interessante ouvi-los falar sobre aquela questão, porque nem todos pensam exatamente da mesma maneira ou valorizam determinados contextos. Tem sido solicitado por escolas, de segundo e terceiro ciclo, quando querem falar sobre os direitos humanos e tem tido muita adesão. O papel de participação tem sido muito vasto. Nas comunidades, por

exemplo, os miúdos com que trabalhamos têm sido fundamentais no apoio ao diagnóstico de situações de risco. Há dois anos, já estávamos em pandemia, quando fomos convidados a participar num processo de consulta europeia sobre “que melhor década digital?”, pois fazemos parte da comissão de acompanhamento do Centro Nacional de Cibersegurança. Desafiámos os miúdos a participar nessa iniciativa. Gerou logo debates interessantíssimos porque eles já nasceram quase a tecer e com telemóveis. Foi interessante ouvi-los e perceber a capacidade que eles têm de refletir sobre o uso indevido da internet, os riscos que podem correr quando não cumprem com todas as regras e responderam à consulta. Enviamos os resultados e foi muito interessante quando, meses depois, nos foi enviado o relatório final e o agradecimento pela participação.

Quando apresentámos o relatório ao grupo ficaram surpresos de um modo muito positivo pois as Recomendações finais correspondiam com as suas opiniões. Efetivamente sentiram-se representados. E quando assim acontece, eleva-lhes a autoestima. Este feedback foi muito importante para eles pois sentiram-se escutados.

Neste caso, houve uma consulta que ajudou à construção de uma Estratégia Europeia para uma internet melhor para as Crianças segura. É importante que eles percebam que no conjunto daqueles textos, das recomendações, estão pareceres que são deles.

E isso é muito reconfortante para eles quando percebem que são ouvidos e que são entendidos e que é valorizada a sua participação.

Para o futuro, o que esperam?

Uma sociedade mais atenta, solidária e inclusiva.

Uma sociedade que seja capaz de se tornar agente de proteção de cada criança e que demonstre respeito pelos seus direitos.

Gostaria também que o Estado olhasse para as organizações da sociedade civil como parceiros estratégicos para a promoção do bem-estar de cada cidadão. •